



SEQUÊNCIA DIDÁTICA

O protagonismo de mulheres negras no ensino de História

Construímos um modelo de sequência didática com sugestões de textos, metodologia e avaliação. Ela está direcionada ao oitavo ano do Ensino Fundamental II, trazendo uma perspectiva para estudo sobre o protagonismo e a luta das mulheres negras diante de seu silenciamento na História ensinada. Esta proposta, inspirada na perspectiva de Joice Berth (2019), compreende o empoderamento¹ como um instrumento de emancipação e erradicação das estruturas que oprimem as mulheres negras. Além disso, buscamos não apenas indicar que as mulheres negras foram invisibilizadas, mas quebrar o silenciamento e trazer à luz personagens femininas negras que são esquecidas pela História ensinada.

¹ Para saber mais, ver: BERTH, Joice. **Empoderamento**. São Paulo: Pólen Livros, 2019.

Silenciamento das mulheres negras na História ensinada

A Lei n.º 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que alterou a Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), incluiu, no currículo oficial da Rede de Ensino, a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”. Contudo, nos mais de vinte anos de modificação da LDBEN, ainda observamos essa discussão se apresentar de forma localizada nos conteúdos escolares. Muitos(as) professores(as) só passam por ela de forma apressada apenas para indicar que houve o cumprimento da referida lei, outros apenas ignoram.

Assim, a obrigatoriedade da lei não gerou inclusão ao tema, tampouco empatia de professores(as) pela causa negra. Somos um país onde o racismo se apresenta de forma velada, legitimado pelo mito da democracia racial. Graças às conquistas do movimento negro, essa discussão, aos poucos, vem sendo inserida na sociedade. As instituições escolares que deveriam ser o espaço da socialização e de quebra de paradigmas ainda se omitem ou reforçam a violência do racismo, interseccionalizado com o gênero e a classe. Vimos um exemplo disso no primeiro capítulo, diante das fortes palavras de Angela Davis, de que não basta não ser racista, é preciso assumir posturas antirracistas. Por isso, pensamos em realizar este trabalho como uma posição antirracista, antimachista e de empoderamento para as mulheres negras.

Lins et al. (2016) apontam que há um significado diferente em ser mulher. Cada mulher sofre com as desigualdades, independentemente dos marcadores sociais de raça, classe e gênero vivenciados; ser trans, lésbica, pobre, preta, “velha”, entre outros, as coloca em um lugar de exclusão. O

intercruzamento das desigualdades sofridas pelas mulheres, articuladas com diversas hierarquias, imprime particularidades nas vivências dos diferentes grupos de mulheres. Destacaremos a mulher negra, que é a categoria analisada nesta pesquisa, por compreendermos que essa se encontra na encruzilhada de diversas opressões, e por sua luta e resistência não apenas por direitos, mas pela vida, pelo respeito, pela dignidade e pela cidadania.

O conceito de mulheres negras foi pensado a partir das análises teórico-metodológicas vinculadas às discussões de Sueli Carneiro (2011) e Beatriz Nascimento (2006). A exclusão, a desigualdade e a marginalização social que atravessam essas mulheres se estabeleceram desde o período colonial brasileiro, com a escravização que obrigou as mulheres negras a uma socialização para os cuidados com as crianças que não eram as “suas”. Esses cuidados se estenderam a homens adultos, inclusive, homens negros (CARNEIRO, 2011). O pior dessa socialização foi a repressão de seus sentimentos, devendo parecer fortes e não demonstrar seus sentimentos, não almejar outros lugares que não o de sujeição e não ousar questioná-los, caso contrário, recaem sobre si mesmas cargas a mais de estereótipos ou “imagens de controle” (NASCIMENTO, 2006).

Evidencia-se, assim, a referência ao silenciamento das mulheres negras na História ensinada, pois, no estudo de caso que realizamos na Escola Paraense, observamos o quanto esse silenciamento é prejudicial às meninas negras. Analisando de forma particularizada, percebemos que não é uma simples coincidência que as situações ocorridas na escola tivessem como vítimas mulheres negras (ou melhor dizendo, meninas negras). A discussão sobre o lastro histórico do que ainda se faz presente e violenta essas mulheres deve ser um ponto de partida para a realização de estudos no ensino de História.

No estudo de caso, observamos a apropriação de imagens particulares de uma jovem para a transformação em “piada” por meio de um meme, o que Adilson Moreira chama de Racismo Recreativo². Essa comparação da garota a um “dragão” pode parecer uma forma de “brincadeira” desprezível, mas que se esconde por trás de um racismo velado de humor. Esse mecanismo, segundo Moreira (2019), opera no sentido de propagar o racismo. Ele permite que a branquitude mantenha uma imagem positiva de si, além de difundir que o racismo não tem relevância social.

Ao ousar realizar a discussão entre gênero, cidadania e protagonismo negro, objetiva-se construir um ambiente de reconhecimento e incentivo à conquista de direitos às mulheres negras, sobretudo, os direitos civis, fundamentais à vida, à liberdade, à propriedade, à igualdade perante a lei, que são limitados pelo que Silvio Almeida (2018) denomina de Racismo Estrutural³. Segundo esse autor, esse tipo de racismo integra todas as organizações sociais, sua manifestação não está associada a um fenômeno patológico, e sim de socialização (ALMEIDA, 2018). Isso significa que a própria sociedade estrutura os seus mecanismos de discriminação, privilegiando uns em detrimento de outros.

À vista disso, pensamos em realizar essa sequência didática como uma voz para as mulheres negras silenciadas pela historiografia e pela História ensinada. Mesmo com a provação de leis, após a abolição da escravidão, elas/eles tiveram que travar muitas lutas para a obtenção de seus direitos, e, quando são alcançados, têm seu protagonismo na luta invisibilizado.

² Para saber mais, ver: MOREIRA, Adilson. **Racismo recreativo**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen Livros, 2019.

³ Para saber mais, ver: ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo estrutural**. São Paulo: Pólen Livros, 2018.

Sequência Didática – 8º ano

Tema: O protagonismo das mulheres negras na luta pela liberdade no Brasil Imperial.

BNCC: Componente Curricular de História – 8º ano.

Unidades temáticas: Configurações do mundo no século XIX.

Objetos do Conhecimento: O escravismo no Brasil do século XIX: *plantations* e revoltas de escravizados, abolicionismo e políticas migratórias no Brasil Imperial.

Habilidades:

EF08HI19: Formular questionamentos sobre o legado da escravidão nas Américas, com base na seleção e consulta de fontes de diferentes naturezas.

EF08HI20: Identificar e relacionar aspectos das estruturas sociais da atualidade com os legados da escravidão no Brasil e discutir a importância de ações afirmativas.

A produção do imaginário nacional brasileiro: cultura popular, representações visuais, letras e o Romantismo no Brasil.

EF08HI22: Discutir o papel das culturas letradas, não letradas e das artes na produção das identidades no Brasil do século XIX.

Público-alvo: Alunos(as) do 8º ano do Ensino Fundamental (Faixa etária aproximada: 14 – 15 anos).

Duração: 9 aulas (cada uma com 45 a 50 minutos).

Objetivo geral

- Analisar o protagonismo das mulheres negras no Brasil, suas lutas por liberdade, pelo fim da escravidão e, na atualidade, no combate ao racismo.

Objetivos específicos

- Observar o lugar ocupado pelas mulheres negras na sociedade brasileira no século XIX;
- Apresentar mulheres negras como protagonistas na luta pelo fim da escravidão no período imperial brasileiro;
- Propor discussões de combate às diversas formas de injustiça, preconceito e violência, adotando princípios éticos, democráticos, inclusivos e solidários, e respeitando os Direitos Humanos;

Observações

A realização das atividades deve considerar o contexto social, cultural e educacional em que o público-alvo está inserido, realizando, assim, adaptações à temática.

Procedimentos metodológicos

A sequência didática é um conjunto de atividades escolares organizadas de maneira sistemática em torno de um gênero textual oral e escrito. Ela possui a finalidade de ajudar o(a) aluno(a) a dominar melhor esse gênero textual, permitindo-lhe, desse modo, o domínio de uma competência narrativa (DOLZ et al., 2004).

Nas três primeiras aulas: será a apresentação da situação-problema, acompanhada de uma produção inicial. Deste modo, as provocações podem se iniciar com o questionamento sobre as representações que os(as) alunos(as) possuem acerca da escravidão no Brasil. Depois, o(a) docente pode apresentar fontes históricas da História Regional: artigos de jornais indicando a fuga de escravizados(as); registro de compra e venda de escravizados(as); cartas de alforria; cartas de Liberdade etc., para desconstruir a visão cristalizada de subserviência da escravidão. É indicado, nessa etapa, que, após as discussões e os reflexos, seja realizada uma atividade de sondagem (a critério do docente) para pautar os objetivos de construção da competência narrativa.

Na quarta, quinta e sexta aula: será(ão) desenvolvido(s) o(s) módulo(s), isto é, a fase de aprofundamento das discussões surgidas com a problemática inicial. Para a construção da competência narrativa, o(a) docente pode utilizar recursos didáticos diversificados, como apresentação de imagens, documentários, podcasts, vídeos, fontes documentais etc. A partir do Objeto do Conhecimento sobre as “As revoltas e formas de lutas dos(as) negros(as) pela abolição da escravidão no Brasil”, o(a) professor(a) pode apresentar imagens das seguintes protagonistas negras: Tereza Benguela, Esperança Garcia, Marianna Crioula, Aqualtune, Acotirene, Dandara dos Palmares e Luísa Mahin. Os(as) discentes serão provocados(as) sobre o silenciamento do protagonismo negro ao longo da história de lutas pela liberdade. O(a) docente pode realizar a discussão partindo do presente, apresentado as imagens do desfile carnavalesco da escola de samba Estação Primeira de Mangueira que mostrem os(as) negros(as) que foram silenciados pela história. Como pode ser desenvolvido mais de um módulo, o(a) docente pode avaliar como ocorrerá o aprofundamento dessa discussão. Nessa etapa, devem-se iniciar os encaminhamentos para a avaliação.

Nas três últimas aulas: nesta etapa, ocorrerá a produção final, momento da investigação dos resultados da aprendizagem obtidos com a sequência didática, o que foi construído ou desconstruído nessa experiência de aprendizagem, se as competências narrativas foram alcançadas. Deste modo, o(a) professor(a) deve realizar uma avaliação somativa, para verificar se houve o desenvolvimento das habilidades e competências propostas.

Essa avaliação pode ser destinada à socialização da produção dos(as) alunos(as). Ela pode ser somativa: o(a) docente pode pedir aos alunos(as) para realizarem uma produção de um produto didático, que pode ser documentário, histórias em quadrinhos (QH), jogos de tabuleiro, apresentação de um teatro, exposição de fotografias, criação de um museu virtual etc., ou outra produção sugerida pelos(as) alunos(as).

Orientação didático-pedagógica

A realização de uma proposta em formato de material didático pode ser compreendida, erroneamente, como uma fórmula cristalizada, pronta para ser posta em ação. No entanto, essa proposta busca a construção de aprendizagem significativa e construção de competências narrativas, considerando as particularidades existentes no cotidiano de vida dos(as) discentes, nas escolas, turmas e aulas.

Desta forma, a proposta ocorre como sugestão de ordem metodológica, que pode e deve passar por adaptações quanto ao tempo, à discussão nos módulos e à produção final. Portanto, as sequências didáticas não devem ser consideradas como um manual a ser seguido passo a passo. Para o(a) professor(a), a responsabilidade é de efetuar escolhas, e em diferentes níveis (DOLZ; NOVERRAZ; SCHNEUWLY, 2004).

Avaliação

A avaliação é uma questão de comunicação e de trocas (DOLZ; NOVERRAZ; SCHNEUWLY, 2004), mas também um momento para observar se houve êxito com a proposta da sequência didática para a construção das competências e habilidades, bem como perceber se o aprendizado foi significativo para os(as) estudantes. Esta não deve ser vista como uma forma punitiva, mas como uma oportunidade para mensurar as dificuldades que ainda podem existir e buscar novas estratégias.

Sugestão de atividade

Como o(s) módulo(s) possui(em) a finalidade de aprofundar a discussão gerada com a apresentação da problemática, as atividades devem ser diversificadas para ampliar a possibilidade de construção da competência narrativa. Assim, sugerimos duas maneiras: a leitura de imagens e a observação de vídeos.

Sugestão de atividade 1: leitura de imagem

IMAGEM 1 – Comissão de frente



Foto: Leandro Milton/SRzd.

**IMAGEM 2 – Carro alegórico representa o
Quilombo dos Palmares**



Fonte: Rodrigo Gorosito/G1.

Aqualtune: princesa africana, filha de um rei do Congo, que, ao ser trazida para o Brasil, foi escravizada. Mãe de Ganga Zumba e avó de Zumbi, tinha conhecimentos políticos, organizacionais e de estratégia de guerra e foi fundamental na consolidação do Estado Negro, a República de Palmares.

IMAGEM 3 – Heróis negros Zumbi e Dandara dos Palmares



Fonte: Mídia NINJA.

Dandara: mulher de Zumbi dos Palmares, a maior comunidade de escravos fugidos do país, em Alagoas. Ao ser capturada, em 1694, jogou-se de uma pedreira para não voltar à condição de escrava. Teve três filhos com Zumbi.

IMAGEM 4 – Esperança Garcia



Foto: Leandro Milton/SRzd.

Esperança Garcia: considerada a primeira mulher negra advogada do Piauí. Em 1770, Esperança enviou uma petição ao então presidente da Província de São José do Piauí, Gonçalo Lourenço Botelho de Castro, em que denunciava maus-tratos e abusos físicos contra ela e o filho, pelo feitor da fazenda onde era cativa.

IMAGEM 5 – Luiza Mahim



Foto: Leandro Milton/SRzd.

Luísa Mahin: ex-escrava de origem africana que, radicada no Brasil, tomou parte na articulação de todas as revoltas e levantes de escravos, como a Revolta dos Malês, na Bahia, nas primeiras décadas do século XIX.

Tereza de Benguela: foi mulher de José Piolho. Ela se torna a rainha do Quilombo Quariterêre após a morte do marido. Sob sua liderança, a comunidade negra e indígena resistiu à escravidão por 20 anos, sobrevivendo até 1770, quando o quilombo foi destruído.

Marianna Crioula: escrava nascida no Brasil. Era costureira e mucama da mulher do capitão-mor Manuel Francisco Xavier. Foi descrita como sendo a “preta de estimação” e uma das escravas mais dóceis e confiáveis. Se uniu a Manoel Congo na fuga de cerca de 300 escravos. Foi levada a julgamento e, depois de ser absolvida, foi obrigada a assistir à execução pública de Manoel Congo.

Acotirene: teria sido a primeira a chegar ao Quilombo dos Palmares, antes de Ganga Zumba assumir o poder. Era conselheira dos primeiros negros refugiados na Cerca Real dos Macacos – Serra da Barriga.

IMAGEM 6 – Marielle Franco



Fonte: Renan Olaz/CMRJ

Marielle Franco: nascida na Favela da Maré, na Zona Norte do Rio. Kursou uma universidade e se elegeu vereadora pelo PSOL, em 2016. Combativa, defendia as causas das mulheres, dos negros e dos moradores das favelas. Marielle foi assassinada em 14 de março de 2018.

Sugestões de perguntas:

- a) Os discentes conhecem as pessoas nas imagens? Se não, podem pesquisar sobre elas.
- b) O quem eles(as) representam para a história e para o protagonismo dos(as) negros(as)?

Sugestão de atividade 2: leitura de texto

SILVA, Tiago Herculano da. **A narrativa decolonial no desfile da escola de Samba Mangueira no carnaval de 2019.** UDESC, 2020. Disponível em: <https://downloads.editora>

cientifica.org/articles/201101968.pdf. Acesso em: 9 out. 2021.

Ordem do conhecimento histórico:

1. Os(as) alunos(as) conseguiram perceber os signos do contexto estudado?
2. Conseguiram problematizar e levantar hipóteses, articulando os saberes acumulados?
3. Os(as) alunos(as) demonstraram que a aprendizagem foi significativa?

Sugestão bibliográfica

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo estrutural**. São Paulo: Pólen Livros, 2018.

BERTH, Joice. **Empoderamento**. São Paulo: Pólen Livros, 2019.

DOLZ, Joaquim; NOVERRAZ, Michele; SCHNEUWLY, Bernard. Sequências didáticas para o oral e a escrita: apresentação de um procedimento. *In*: DOLZ, Joaquim; SCHNEUWLY, Bernard (colaboradores). **Gêneros orais e escritos na escola**. Trad. e org. de Roxane Rojo e Gláís Sales Cordeiro. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2004.

LINS, Beatriz Accioly. **Diferentes são desiguais**: a questão de gênero na escola. São Paulo: Editora Reviravolta, 2016.

MENESES, Sônia. Qual a função da história pública em um país caracterizado por uma forte concentração midiática? *In*: MAUAD, Ana Maria; SANTHIAGO, Ricardo; BORGES, Viviane Trindade (orgs.). **Que história pública queremos? What public history do we want?** São Paulo: Letra Voz, 2018.

MIRANDA, Caroline Barroso **“De que cor eu sou?”** O lugar da menina negra no espaço escolar: um estudo sobre a representação das Mulheres Negras no livro didático de História. Dissertação (Mestrado em Ensino de História) – Programa de Mestrado em Ensino de História – ProfHistória, Universidade Federal do Pará, 2020.

MISTURA, Letícia; CAIMI, Flávia Eloísa. O (não) lugar da mulher no livro didático de história: um estudo longitudinal sobre relações de gênero e livros esco-

lares (1910-2010). AEDOS. **Revista do Corpo Discente do PPG-História da UFRGS**, Porto Alegre, v. 7, n. 16, p. 229-246, jul. 2015.

MOREIRA, Adilson. **Racismo recreativo**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen Livros, 2019.

SANTOS, Juliana Silva. **Representações da mulher negra em livros didáticos de Português**. Cespuc, Belo Horizonte, n. 25, 2014.

SILVA, Tiago Herculano da. **A narrativa decolonial no desfile da escola de Samba Mangueira no carnaval de 2019**. UDESC, 2020. Disponível em: <https://downloads.editora.cientifica.org/articles/201101968.pdf>. Acesso em: 9 out. 2021.

CONSIDERAÇÕES FINAIS



No decorrer de nossas discussões, vimos que as relações de gênero são invisibilizadas, pois existem elementos no DCEPA (currículo), nos livros didáticos e no cotidiano escolar que possibilitam o desenvolvimento das discussões nas aulas de História. Refletimos sobre o “efeito dominó” que a ausência dessa discussão pode provocar no âmbito social, cultural e educacional para as mulheres negras.

De antemão, podemos dizer que a Escola Paraense construiu, mesmo que de forma teórica, um espaço para discussões das problemáticas sociais, mediante o projeto “Educação e Valores Humanos”. Em seu escopo, consta um subprojeto chamado “Cidadania Ativa”. Esse projeto atribuía autonomia aos(as) professores(as) que poderiam desenvolver essas discussões em suas aulas.

Pudemos observar que todos(as) os(as) docentes, de algum modo, mobilizaram, em suas aulas, o conceito de cidadania. Entretanto, percebemos que os conceitos de gênero e cidadania, geralmente, não estão articulados. Dois entre os(as) três professores(as) participantes da pesquisa nessa escola não realizaram as discussões de gênero em suas aulas de História, uma vez que consideramos que fazer apenas comentário sobre a existência das mulheres em determinados períodos históricos não seja uma discussão sobre o assunto.

Isso está relacionado à socialização de gênero com a qual essas pessoas estiveram envolvidas. Contudo, esse silen-

ciamento na discussão de gênero e a sua não articulação com a cidadania permitem uma permanência de violações aos direitos das mulheres, em especial, as mulheres negras, por negá-las uma das formas de construção da cidadania, que é sua participação, como sujeito(a) social, nas discussões políticas.

Um estudo publicado em 2017 pelo IPEA e o FBSP revelou a evolução dos homicídios nas regiões e UFs entre os anos de 2005 e 2015. Esse mesmo estudo mostrou que houve um aumento de 105,5% de homicídios de mulheres no estado do Pará, sendo que 98,7% das mulheres assassinadas eram negras¹.

O intervalo desse estudo (2005-2015) compreende o período de implementação da Lei n.º 11.340, Lei Maria da Penha, sancionada em 7 de agosto de 2006, criada para proteger mulheres da violência doméstica e familiar (BRASIL, 2018). Infelizmente, existe um abismo separando a implementação da lei e sua aplicação. Ainda temos um longo caminho de reflexões contextualizadas e históricas sobre essa situação-problema, que tem como base o racismo estrutural, o patriarcado e a misoginia em nossa sociedade. Nesse sistema social, as mulheres, sobretudo, as negras, são inferiorizadas e desumanizadas, tornando-se as principais vítimas.

Quando nos propomos investigar a mobilização dos saberes docentes (da formação, do currículo e da experiência) nas discussões de gênero e cidadania no ensino de História, com os(as) professores(as) de história da Escola Paraense, seria uma forma de observar como essas relações se estabelecem um ambiente escolar, acreditando que os resultados poderiam servir para o desenvolvimento do estudo em outras escolas, abordando não apenas essa, mas outras problemáticas.

¹ CERQUEIRA, D. R. C. et al. **Atlas da violência**. Rio de Janeiro: Fórum Brasileiro de Segurança Pública/Ipea, 2017, p. 38. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=30411. Acesso em: 16 jun. 2021.

Neste estudo, observamos que dois entre três professores(as) participantes da pesquisa jamais desenvolveram uma discussão sobre o estudo de gênero na educação básica, o que geralmente ocorre são menções à existência das mulheres em diferentes períodos históricos. Um dos professores, por exemplo, ao mencionar um tema relacionado a essa questão de gênero, mas com outra categoria de análise, no Ensino Médio, não conseguiu conduzir o debate, porque não se sentiu preparado para responder aos questionamentos dos(as) alunos(as). Isso demonstra a necessidade de outras formações para os(as) docentes e de ampliação da discussão com os(as) discentes para perceberem o tema como algo natural a ser discutido.

Quando passamos para os participantes do minicurso, encontramos onze professores(as) de diferentes localidades e escolas, alguns ainda na graduação. Os dados conclusivos sobre os cursistas que já estão atuando em sala de aula mostraram-nos que a maioria deles declarou ser homem, lembrando que havia a opção “outros”, mas não foi selecionada nas respostas. Desse modo, os cursistas que estão atuando também demonstraram que nunca realizaram uma discussão de gênero em suas turmas, apenas conversam de maneira rápida com seus/suas alunos(as) a respeito do assunto. A prioridade é o cumprimento do conteúdo. Por isso,

não bastará integrar a igualdade de gênero na educação, mas é essencial a sua incorporação nos diferentes saberes disciplinares, partindo de uma análise crítica, de raiz feminista, dos currículos e programas, e dos saberes instituídos, tal como é proposto por investigadoras de diferentes áreas disciplinares numa recente obra coletiva coordenada pela Associação Portuguesa de Estudos sobre as Mulheres (APEM) (Vieira et al. 2017) e publicada pela Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género (CIG). (ALVAREZ *et al.*, 2017, p. 13).

O que buscamos propor em nossa pesquisa vem nessa linha de reflexão, de integração da discussão de gênero e cida-

dania nos saberes docentes por meio dos currículos, da escola, das aulas, visto que isso não está ocorrendo. A integração dessa discussão é importante não apenas porque temos que incluir as mulheres na história, mas para construções de outras abordagens que envolvam diversos setores da sociedade presentes nessa dimensão educativa, por meio de políticas públicas. O acesso a uma educação desta natureza, sendo ela formal ou não, promove o combate às desigualdades.

A escola é um espaço de socialização, a disciplina de História faz emergir temáticas ligadas ao tempo presente. Mesmo compreendendo os limites do papel que essas instâncias da educação formal podem assumir, não podemos esquecer que as pessoas em maior situação de vulnerabilidade social, em destaque, as mulheres negras, também compõem o público das escolas, desta forma, sua preparação para a cidadania surge de discussões e reflexões, conferindo-lhes autonomia de decisões.

Por isso que indicamos, como produto didático-pedagógico, a sequência didática, acompanhada de sugestões metodológicas que visam contribuir para a superação da lacuna apresentada pelos(as) professores(as) sobre a ausência da discussão de gênero ao longo de sua formação superior. Esse produto pode funcionar como uma formação continuada, em que pode ser discutida com seus pares e em sua escola a melhor forma de sua aplicação.

O produto didático-pedagógico, intitulado Sequências Didáticas, não pode ser compreendido como um manual que deve ser seguido à risca, mas é uma proposta que deve ser adaptada às condições locais de cada unidade escolar, considerando as demandas que elas possuem. Do contrário, essa proposta perde seu sentido de construir uma aprendizagem significativa para os alunos e as alunas.

REFERÊNCIAS



ABUD, Kátia. Currículos de História e política: os programas de História do Brasil na escola secundária. In: BITTENCOURT, Circe. (org.). **O saber histórico na sala de aula**. 11. ed. São Paulo: Contexto, 2008.

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **Sejamos todos feministas**. Tradução Christina Baum. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

AGÊNCIA PARÁ. Disponível em: <https://agenciapara.com.br/pauta/588/>. Acesso em: 30 set. 2021.

ALVAREZ, Tereza; VIEIRA, Cristina C.; KAMIŃSKA, Joanna Ostrouch. Gênero, educação e cidadania: que «agenda» para a investigação científica e para o ensino e a formação? In: Dossier: Gênero, educação e cidadania: conhecimento, ausências e (in)visibilidades. **ex æquo**, n. 36, 2017, p. 9-22. Disponível em: <https://doi.org/10.22355/exaequo.2017.36.01>. Acesso em: 15 nov. 2021.

AUDIGIER, François. História Escolar, Formação da Cidadania e Pesquisas Didáticas. In: GUIMARÃES, Selva (org.). **Ensino de História e Cidadania**. São Paulo: Papirus, 2016.

BARCA, Isabel. Aula Oficina: do Projeto à Avaliação. In: **Para uma educação de qualidade**: Atas da Quarta Jornada de Educação Histórica. Braga, Centro de Investigação em Educação (CIED)/Instituto de Educação e Psicologia, Universidade do Minho, 2004, p. 131-144. Disponível em: http://sefarditas.net.br/ava/aula_oficina/isabel_barca1.pdf. Acesso em: 20 nov. 2021.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernanda. História nas atuais propostas curriculares. In: BITTENCOURT, C. M. F. **Ensino de história**: fundamentos e métodos. São Paulo: Cortez, 2004.

BOGÉA, Eliana; FIGUEIREDO, Silvio. O avesso da cidade da cultura. **Pol. Cult. Rev.**, Salvador, v. 9, n. 2, p. 486-510, jun./dez. 2016.

BOURDIEU, Pierre. 1930 – 2002. **A dominação masculina**. Tradução Maria Helena Kuhner. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Brasília: Ministério da Educação (MEC), 2018a. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_sitepdf. Acesso em: 7 ago. 2021.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher**. Mapa de violência contra a mulher 2018. Brasília: Câmara dos Deputados 55ª legislatura-4ª sessão legislativa, Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, 2018b.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações determinadas pelas Emendas Constitucionais de Revisão n.o 1 a 6/94, pelas Emendas Constitucionais n.o 1/92 a 91/2016 e pelo Decreto Legislativo n.o 186/2008. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2016. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC_91_2016.pdf. Acesso em: 10 nov. 2019.

BRASIL. **Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Casa Civil, Brasília, DF. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acesso em: 7 ago. 2021.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. Brasília: MEC/SEF, 1998. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/introducao.pdf>. Acesso em: 5 dez. 2017.

BRASIL. **Planejando a próxima década**: conhecendo as 20 metas do PNE. Ministério da Educação/Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino (MEC/SASE), 2014. Disponível em: http://pne.mec.gov.br/images/pdf/pne_conhecendo_20_metas.pdf. Acesso em 07 ago. 2021.

BRASIL. **Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 10 jan. 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.639.htm. Acesso em: 20 nov. 2021.

BRASIL. **Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008**. Altera a Lei n.o 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei n.o 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Brasília, DF: D.O.U., 11 mar. 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111645.htm. Acesso em: 20 nov. 2021.

BUTLER, Judith P. **Problema de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Tradução Renato Aguiar. 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

CAIMI, Flávia Heloisa. Por que os alunos (não) aprendem História? Reflexões sobre o ensino, aprendizagem e formação de professores de História. **Tempo**, v. 11. n. 21, 2006.

CARNEIRO, Sueli. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2011.

CARNEIRO, Sueli. **Negros de pele clara**. Portal Geledés. 29 maio 2004. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/negros-de-pele-clara-por-sueli-carneiro/>. Acesso em: 26 fev. 2022.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil**. O longo Caminho. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

COSTA, Camila Frota da. **As mulheres existem**: Teoria feminista, estudos de gênero e história das mulheres na formação de professores de história. 2022. 149 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de História) – Campus Universitário de Ananindeua, Universidade Federal do Pará, Ananindeua, 2022.

COSTA, Tássio. BNCC e o Ensino de História: A gente não quer só comida, a gente quer saída para qualquer parte. Revista Pedagogia em Foco, Iturama (MG), v. 15, n. 13, p. 27-42, jan./jun. 2020. Disponível em: <https://revista.facfama.edu.br/index.php/PedF/article/view/421>. Acesso em: 7 ago. 2021.

DAVIS, Angela. **As mulheres negras na construção de uma nova utopia**. Portal Geledés, 12 jul. 2011. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/as-mulheres-negras-na-construcao-de-uma-nova-utopia-angela-davis/>. Acesso em: 26 fev. 2022.

DAYRELL, Juez. A escola “faz” as juventudes? Reflexões em torno da socialização juvenil. **Educ. Soc.**, Campinas, vol. 28, n. 100 - Especial, p. 1105-1128, out. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/RTJFy53z5LHTJjFSzq5r-CPH/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 22 nov. 2021.

DOLZ, Joaquim; NOVERRAZ, Michele; SCHNEUWLY, Bernard. Sequências didáticas para o oral e a escrita: apresentação de um procedimento. In: DOLZ, Joaquim; SCHNEUWLY, Bernard (colaboradores). **Gêneros orais e escritos na escola**. Trad. e org. de Roxane Rojo e Gláís Sales Cordeiro. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2004.

EDITORA MODERNA. **Araribá mais**: história. Manual do professor/organizadora Editora Moderna; obra coletiva concebida, desenvolvida e produzida pela Editora Moderna; editora responsável Ana Claudia Fernandes. 1. ed. São Paulo: Moderna, 2018.

FONSECA, Selva Guimarães. **Didática e prática de ensino de história**: experiências, reflexões e aprendizados. Campinas, SP: Papirus, 2003.

FONSECA, Selva Guimarães; AGUIAR, Edinalva Padre. Entre prescrito e o vivido: o ensino de história na cidade de Vitória da Conquista, Bahia, Brasil na década de 1990. **Revista Entreideias: educação, cultura e sociedade**, Salvador, n. 11, p. 115-139, jan./jun. 2007. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/entreideias/article/view/2769>. Acesso em: 6 ago. 2021.

FREIRE, Nita, Palavra aberta: o legado da obra de Paulo freire para a educação global contra-hegemônica. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, Dossiê –Paulo Freire: o legado global, v. 35, 2019.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GAMA, Isabela Caroline de Aguiar; OLÍMPIO, Ramon. O peso do racismo sob a estética da mulher negra: um paradoxo da isonomia social brasileira. In: X CONGRESSO BRASILEIRO DE PESQUISADORES NEGROS (COPENE). (Re) Existência Intelectual negra e ancestralidade – 18 anos de enfrentamento, Uberlândia, 2018. **Anais...** Uberlândia (MG): Universidade Federal de Uberlândia, 2018. Disponível em: https://www.copene2018.eventos.dype.com.br/resources/anais/8/1527707080_ARQUIVO_artigo-isabelagama-doc.pdf. Acesso em: 1 nov. 2021.

GARCIA, Leila Posenato. A magnitude invisível da violência contra a mulher. Editorial. **Epidemiol. Serv. Saúde**, Brasília, v. 25, n. 3, p. 451-454, jul.-set. 2016.

GASPARINI, Sandra Maria; BARRETO, Sandhi Maria; ASSUNÇÃO, Ada Ávila. O professor, as condições de trabalho e os efeitos sobre sua saúde. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 31, n. 2, p. 189-199, maio/ago. 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/GdZKH9CHs99Qd3vzY5zfmnw/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 21 set. 2021.

GOMES, Nilma Lino. Educação, identidade negra e formação de professores/as: um olhar sobre o corpo negro e o cabelo crespo. **Revista Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 29, n.1, p. 167-182, jan./jun. 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/sGzxY8WTnyQQQbwjG5nSQpK/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 1 nov. 2021.

GUIMARÃES, Selva (org.). **Ensino de História e Cidadania**. Campinas, São Paulo: Papirus, 2016.

HUNT, Lynn. **A invenção dos direitos humanos: uma história**. Tradução Rosaura Eichenberg. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. Disponível em: <http://professor.pucgoias.edu.br/SiteDocente/admin/arquivosUpload/17973/material/A%20inven%C3%A7%C3%A3o%20dos%20Direitos%20Humanos.pdf>. Acesso em: 22 nov. 2021.

JULIA, Dominique. A Cultura Escolar como Objeto Histórico. Tradução de Gizele de Souza. **Revista Brasileira de História da Educação**, n. 1, jan./jun. 2001. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4250681/mod_resource/content/1/273-846-1-PB.pdf. Acesso em: 22 nov. 2021.

LACERDA, Paula. O Barão da Ralé: O Mito Madame Satã e a identidade nacional brasileira. **Physis** - Revista de Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v. 15, n. 1, 2005, p. 151-155. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=400838207009>. Acesso em: 5 set. 2021.

LEAL, Nathalia Costa et al. A Questão de Gênero no Contexto Escolar. **Leopoldianum**, v. 43 n. 121, 2017.

LEE, Peter. Literacia histórica e história transformativa. **Educar em Revista**, Curitiba, Brasil, n. 60, p. 107-146, abr./jun. 2016.

LIMA, Iana Gomes de; HYPOLITO, Álvaro Moreira. A expansão do neoconservadorismo na educação brasileira. **Educ. Pesqui.**, São Paulo, v. 45, 2019.

LINS, Beatriz Accioly; MACHADO, Bernardo Fonseca; ESCOURA, Michele. **Diferentes, não desiguais a questão de gênero na escola**. 1. ed. São Paulo: Editora Reviravolta, 2016. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/fcs/article/view/53077>. Acesso em: 22 nov. 2021.

MENEZES, Maria Arlinda de Assis. Do método do caso ao case: a trajetória de uma ferramenta pedagógica. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 35, n. 1, p. 129-143, jan./abr. 2009. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-97022009000100009. Acesso em: 22 nov. 2021.

MERCADO, Ruth. **Los saberes docentes en el trabajo cotidiano de los maestros, infancia y aprendizaje**. México: Departamento de Investigación Educativas. Centro de Investigación y de Estudios Avanzados del Instituto Politécnico Nacional, 1991, p. 59-72.

MIRANDA, Caroline Barroso. **“De que cor eu sou?”: O lugar da menina negra no espaço escolar: um estudo sobre a representação das Mulheres Negras no livro didático de História / Caroline Barroso Miranda**. 2020. 177 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de História) – Campus Universitário de Ananindeua, Universidade Federal do Pará, Ananindeua, 2020.

MISTURA, Letícia; CAIMI, Flávia Eloisa. O (não) lugar da mulher no livro didático de história: um estudo longitudinal sobre relações de gênero e livros escolares (1910-2010). **Aedos**, Porto Alegre, v. 7, n. 16, p. 229-246, jul. 2015.

MONTEIRO, Ana Maria. Transposição Didática. *In: Dicionário de ensino de história/* Coordenação: Marieta de Moraes Ferreira, Margarida Maria Dias de Oliveira. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2019.

NASCIMENTO, B. A mulher negra no mercado de trabalho. *In: RATTTS, A. Eu sou atlântica: sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento.* São Paulo: Instituto Kuanza, 2006.

NASCIMENTO, Sérgio Bandeira do. **A formação de professores no curso de História da Universidade Federal do Pará:** uma análise do projeto político-pedagógico. 2008. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências da Educação, Belém/PA, 2008.

ORLANDI E.P. A Análise de discurso em suas diferentes tradições intelectuais: o Brasil. *In: 10 SEMINÁRIO DE ESTUDOS EM ANÁLISE DE DISCURSO;* 2003, nov. 10-13. **Anais...** Porto Alegre, (RS): UFRGS, 2003. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/analisedodiscurso/anaisdosead/1SEAD/Conferencias/EniOrlandi.pdf>. Acesso em: 22 nov. 2021.

PARÁ. **Documento Curricular do Estado do Estado do Pará (DCEPA).** Secretaria de Estado de Educação (SEDUC). Documento Curricular para Educação Infantil e Ensino Fundamental do Estado do Pará. Pará, 2018. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1Dqu8kjk67A2hpwzsMS0MS7U8-07H_Dcl/view. Acesso em: 07 ago. 2021.

PARÁ. Governo do Estado do. Secretaria do Estado de Educação (SEDUC) – USE 13 – Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Paraense. Projeto Político Pedagógico (PPP) – Refletir sobre a escola que temos para construir a escola que queremos. Ananindeua/PA, 2019/2020.

PARÁ, Secretaria Estadual de Educação (SEDUC). **Ficha de ocorrência da Escola Estadual de Ensino Fundamenta e Médio Paraense,** 2019.

PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi (orgs.). **História da Cidadania.** 6. ed. São Paulo: Contexto, 2012.

RAGO, Margareth. As mulheres na historiografia brasileira. *In: SILVA, Zélia Lopes (org.). Cultura Histórica em Debate.* São Paulo: UNESP, 1995.

RIBEIRO, Djamil. **Pequeno Manual Antirracista.** 1. ed. São Paulo. Editora: Companhia das Letras, 2019.

RÜSEN, Jörn. Didática – função do saber histórico. *In: História viva: teoria da história; formas e funções do conhecimento histórico.* Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2007, p. 85-133.

SACRISTÁN, José Gimeno. **Saberes e incertezas sobre os currículos**. Porto Alegre: Penso, 2013.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado, violência**. 2. ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2015.

SANT'ANNA, Denise Bernuzzi de. Corpo e beleza "sempre bela". In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria. **Nova História das mulheres no Brasil**. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2013.

SANTOS Jorge Luís Rodrigues dos; PEREIRA, Tatiana Costa de Souza. Gênero mulher negra: como (re)existir? ODEERE: **Revista do Programa de Pós-Graduação em Relações Étnicas e Contemporaneidade**, v. 5, n. 10, jul.-dez. 2020.

SAYÃO, Deborah Thomé. Corpo, poder e dominação: um diálogo com Michelle Perrot e Pierre Bourdieu. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 21, n. 1, p. 121-149, jan./jun. 2003. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/10210>. Acesso em: 15 ago. 2021.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora Moreira dos Santos. A formação do professor de história e o cotidiano da sala de aula: entre o embate, o dilaceramento, e o fazer histórico. In: II ENCONTRO PERSPECTIVAS DO ENSINO DE HISTÓRIA, São Paulo, 1996. **Anais...** São Paulo: FEUSP, 1996.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora; URBAN, Ana Claudia. **Aprendizagem e formação da consciência histórica**: possibilidades de pesquisa em Educação Histórica. *Educar em Revista*, Curitiba, Brasil, n. 60, p. 17-42, abr./jun. 2016.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Revista Educação & Realidade**, v. 15, n. 2, jul/dez. 1990.

SEFFNER, Fernando. Aprender e ensinar história: como jogar com isso? In: GIA-COMONI, M. P.; PEREIRA, N. M. (orgs.). **Jogos e ensino de História**. Porto Alegre: Evangraf, 2013, p. 25-46.

SEFFNER, Fernando. Aprendizagens significativas em História: critérios de construção para atividades em sala de aula. Publicação original. **Revista História Unicruz**, Cruz Alta, v. 2, p. 18-23, 2001.

SEFFNER, Fernando. Escola pública e função docente: pluralismo democrático e liberdade de ensinar. In: MACHADO, André Roberto de A.; TOLEDO, Maria Rita de Almeida (orgs.). **Golpes na história e na escola**: o Brasil e a América Latina nos Séculos XX e XXI. 1. ed. São Paulo: Cortez; ANPUH-SP, 2017, p. 199-216.

SEFFNER, Fernando. Saberes da docência, saberes da disciplina e muitos imprevistos: atravessamentos no território do Ensino de História In: BARROSO, Véra Lucia Maciel et al. (orgs.). **Ensino de história**: desa-

fos contemporâneos. Porto Alegre: EST: EXCLAMAÇÃO: ANPUH/RS, 2010. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/gtensinohistoriaedurs/wp-content/uploads/2017/06/Ensino-de-Hist%C3%B3ria.pdf>. Acesso em 14 set. 2021.

SEQUEIRA, Gisele Romariz. **Agricultura urbana e periurbana no Curuçambá em Ananindeua, Região Metropolitana de Belém**: Perspectivas e desafios. 2014. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia, Universidade Federal do Pará, 2014.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

TARDIF, Maurice; LESSARD, Claude; LAHAYE, Louise. Os professores face ao saber: esboço de uma problemática do saber docente. **Teoria e Educação**, Porto Alegre, n. 4, p. 215-233, 1991.

VIANA, Iêda; CORTELAZZO, Iolanda B. de C. Cultura escolar: saberes, práticas e processos comunicacionais no cotidiano escolar. **Tuiuti**: Ciência e Cultura, Curitiba, n. 41, p. 43-60, jan.-jun. 2009.

VIEIRA, Cristina C.; NUNES, Maria Teresa Alvarez; FERRO, Maria Jorge. **Questões de gênero e cidadania**: reflexões breves sobre o poder emancipatório da educação. Imprensa da Universidade de Coimbra. Pombalina Coimbra University Press, 2017. Disponível em: https://doi.org/10.14195/978_989_26_1326-0_32. Acesso em: 8 ago. 2020.

WOLF, Naomi. **O mito da beleza**: como as imagens de beleza são usadas contra as mulheres. Tradução Waldéa Barcellos. 13. ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2020.

WOLFE, Cristina Scheibe; SALDANHA, Rafael Araújo. Gênero, sexo, sexualidades: Categorias do debate contemporâneo. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 9, n. 16, p. 29-46, jan./jun. 2015.

ZAVALA, Ana. Pensar ‘teoricamente’ la práctica de la enseñanza de la História. **Revista História Hoje**, v. 4, n. 8, p. 174-196, 2015.

SOBRE A AUTORA



Ieda Palheta Moraes

Especialista em Patrimônio Cultural e Educação Patrimonial, possui graduação em História pela Universidade Federal do Pará (2011). Atualmente é professora de história da Escola Estadual de Ensino Fundamental José Marcelino de Oliveira e professora de história da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Jardim Sideral. Tem experiência na área de História. Atualmente faz parte do grupo de estudo em história agrária, meio ambiente e sociedades amazônicas, pesquisa sobre o espaço agrária paraense, agricultura familiar, políticas pública na região do Uruboca no Município de Marituba.

E-mail: iedaufpa@yahoo.com.br



[2023]
EDITORA CABANA
Trav. WE 11, N.º 41 (Conj. Cidade Nova I)
CEP: 67130-130 — Ananindeua — PA
Telefone: (91) 99998-2193
cabanaeditora@gmail.com
www.editoracabana.com

